

2

Fontes

As fontes para o estudo dos Bijagós são várias pela sua natureza, origem e época em que foram produzidas. Classificam-se em escritas, orais, etnográficas, cartográficas, iconográficas e outras, fornecendo cada uma delas, diferentes tipos de informação mas que chegam, em certas circunstâncias, a ser complementares. Estas fontes, pelo facto de serem diferentes, mereceram tratamentos diferentes a fim de evitar erros de interpretação ou de juízo.

As fontes documentais escritas, que serão objecto de uma primeira abordagem sobre os Bijagós, de um modo geral, têm a ver com o conjunto de crónicas e registos deixados tanto por navegadores e comerciantes portugueses, espanhóis e cabo-verdianos como por missionários clérigos, que tinham a tarefa de evangelizar os povos africanos, ou ainda por administradores coloniais, entre os séculos XV e XIX. Este facto levanta algumas questões e convida-nos a uma leitura cuidadosa das mesmas na medida em que as motivações e os interesses dessas pessoas eram diferentes, as suas formações não eram as mesmas, os períodos em que retrataram os factos também eram diferentes e com intervalos que vão até centenas de anos, períodos durante os quais várias mutações se podiam operar no conjunto dos elementos e das realidades descritas. As fontes primárias sobre os Bijagós, que aparecem sob as mais diversas apelações, são as crónicas, as descrições e os apontamentos deixados por autores como Luís de Cadamosto (1455-1456), André Álvares de Almada (1594), Manuel Álvares (1616), André Donelha (1625), Francisco Lemos Coelho (1669-1684), Jean Baptiste Labat (1728), Silvain M.X. Golberry (1802) entre muitos e muitos outros com importância capital⁴.

Para além destes, há a referir os textos dos diferentes acordos celebrados com os nativos, confirmando a soberania portuguesa sobre o território ou ainda os alvarás e outras licenças, autorizando às companhias de navegação a realização do comércio nos Rios da Guiné.

São documentos cronologicamente situados entre os séculos XV e XIX, por conseguinte relacionados com a distribuição geográfica dos povos que os navegadores, viajantes, exploradores e missionários cristãos encontraram ao longo da costa africana durante as suas viagens e estadias, com os seus hábitos e costumes, documentos sobre o relacionamento entre eles, sobre as guerras inter-étnicas, etc. Enfim, documentos que contêm toda a história antiga dos Bijagós e o seu relacionamento com os outros povos e etnias.

A cartografia antiga representa um outro tipo de fonte para o estudo dos Bijagós. São mapas traçados pelos navegadores logo a partir do momento em que começaram a seguir as rotas do Atlântico. Eram documentos orientadores que continham a localização dos povos e das localidades por onde passavam. Nos mapas traçados entre o Cabo Verde e o Cabo da Verga mais ao sul, num período compreendido entre 1468 e 1500, alguns dos quais anónimos, podemos encontrar indicações sobre as ilhas do arquipélago que aparecem com o nome de Buam, Boam, Bigao e Boguba.

Para além destas já mencionadas fontes escritas e cartográficas, as fontes iconográficas, representadas pelas pinturas nas paredes das casas, fornecem vários elementos para o estudo da fauna do arquipélago bem como da mitologia dos Bijagós muito relacionada com espécies animais marinhas (peixes e hipopótamos) e terrestres (o touro). Mais ainda, as fontes desta natureza fornecem elementos de estudo sobre a indumentária de dança dos diferentes grupos de idade e sobre o modo de vida dos Bijagós, de um modo geral. Não menos importantes são as revelações das fontes etnográficas

Porém, com o acima exposto não ficam esgotadas as fontes para o estudo dos Bijagós. Apesar da sua relativa fragilidade em termos de duração e de homogeneidade, o que obriga a um tratamento deveras cuidado, muito frequentemente os estudiosos fazem uso das fontes orais.

São várias as lendas e os contos sobre a sua origem, sobre a relação entre as diferentes linhagens, os mitos à volta do aparecimento do Homem no Arquipélago, sobre as migrações e ainda sobre a sua relação com as etnias do continente. Quando solicitados, muitos homens grandes não hesitam em falar das suas proezas nas guerras contra a ocupação do arquipélago e mais concretamente de Canhabaque, ou da crueldade da tropa portuguesa durante esse período.

As fontes orais continuam a ser muito utilizadas nas investigações sobre a organização e estrutura social e política, apesar de muito se ter escrito sobre o assunto, há já séculos. As revelações quando não são contraditórias, dependendo da interpretação, são, em alguns casos, diferentes ou complementares.

As fontes primárias não fornecem muitos elementos relacionados com a estruturação do poder mas pode-se, contudo, encontrar algumas referências em escritos e estudos posteriores sobre os quais são feitas referências mais à frente.

Pelo que acaba de ser referido em relação ao conjunto de documentos existentes, é de concluir que há já mais de meio milénio que navegadores e especialistas, representando várias correntes e ramos das ciências sociais e exactas, vêm escrevendo acerca dos Bijagós. Contudo, são poucos os estudos realizados e publicados por investigadores guineenses e muito menos ainda por estudiosos pertencentes à etnia bijagó, o que está na base de algumas controvérsias e diferenças de opinião, sobretudo no que concerne à interpretação de determinados fenómenos sociais e culturais. Refere-se à leitura que se faz do sistema do poder, das diferentes fases de iniciação, da existência ou não do matriarcado e do papel da mulher na vida da comunidade.

Em função do tempo em que foram produzidos, os trabalhos podem ser agrupados em distintos blocos:

No primeiro bloco, são incluídos todos os trabalhos que apareceram com informações sobre os diferentes aspectos relacionados com a vida e história dos Bijagós, entre os séculos XV e XIX. Neles encontram-se as fontes primárias para o seu estudo assim como as obras que apareceram depois, introduzindo novos elementos de reflexão, assim como as que tiveram como base de apoio os primeiros relatos dos comerciantes e navegadores. São textos do período pré-colonial. Falam das prováveis origens, das guerras com os povos vizinhos, dos prisioneiros feitos escravos, do povoamento das ilhas, etc. São obras que, para além destes aspectos, fazem a descrição dos Bijagós, nomeadamente do seu carácter indomável, dos seus hábitos e costumes, enfim, textos que falam das suas relações comerciais com os europeus, da sua organização política e social e da sua vida religiosa, com referências sobre os seus ídolos e santuários.

No segundo bloco, alistam-se os estudos realizados no período colonial, grande parte dos quais solicitados pelo próprio governo da colónia, que se empenhara em conhecer as particularidades das etnias que viviam no território. Parte bastante significativa destes estudos encontra-se publicada no *Boletim Cultural* e noutras publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Textos isolados aparecem igualmente publicados no *Ecos* (Boletim de Informação e Estatística da Colónia). A título de exemplo, citamos o trabalho "Realidades do Arquipélago dos Bijagós", de Augusto Leone, publicado no nº 12 do ano de 1951.

Do ponto de vista da disciplina científica, estes textos são unidireccionais, todos eles virados para a etnografia/etnologia.

Augusto Santos Lima (1947: 277-278) considera existirem três elementos essenciais a serem considerados na vida dos Bijagós – as *gerações*, que nós preferimos chamar *djorçons*⁵, as *categorias de idade* e a *religião*. Ele fala da existência de quatro *djorçons* que se equivalem em importância, sendo cada uma delas dona do chão a que primeiro chegou. Fala, por exemplo, da idade enquanto elemento regulador da actividade e da importância das pessoas. do agregado e diz-nos ainda que o sacerdócio puramente religioso é exercido por uma mulher, a *okinca*.

Na opinião de Teixeira da Mota (1947:129-130), este trabalho é tão importante porquanto vem pôr em causa a muito falada existência do matriarcado na sociedade bijagó, mostra a importância do casamento e desmente a tese da existência de rainhas que, no seu entender, não passavam de sacerdotisas. Muito significativas são as revelações do inquérito realizado por Domingos A. G. Alves (1946) na Ilha de Canhabaque, outrora designada Ilha Roxa. Este autor fala da tradição segundo a qual seriam parentes dos Tandas⁶ e que teriam migrado para o arquipélago, passando por Cacine, Quitáfine e Bissássema, devido à invasão dos Beafadas. Faz referências às diferenças ao nível da língua entre os habitantes de diferentes ilhas. Ainda neste mesmo período, aparece o trabalho de João Faria Leitão (1946) “Bijagós da Ilha de Formosa” que, para além de aspectos ligados à vida social e religiosa, do papel da mulher na sociedade, das cerimónias fúnebres, das guerras que se verificavam entre as diversas povoações, faz alusão aos elementos da vida material e espiritual como sejam a olaria, a escultura, a pintura e a dança. Enfim, foram realizados estudos que falam das diferentes origens que os próprios Bijagós se atribuem (saíram do continente), falam das classes de idade, das linhagens, do sistema político, dos cultos religiosos e dos ritualistas, e da posição da mulher.

Do terceiro bloco fazem parte textos mais recentes, portanto publicações feitas já no período pós-colonial. A partir deste momento, começam a aparecer memórias de tese para a obtenção de graus académicos em várias universidades. Contudo, continuam a ser poucos os trabalhos realizados por cientistas sociais guineenses.

Muito importantes foram as contribuições dadas por Christine Henry (1984, 1984-85, 1989, 1989,1989a) no estudo da sociedade bijagó, começando pelo sistema de contagem do tempo até aos vários aspectos relacionados com a sua vida social, política e religiosa, passando por um dos elementos ligados ao sistema de pensamento que é a suspeição. Christine Henry entra em alguns detalhes da organização social para falar dos diferentes ritos iniciáticos,

Fontes

matrimoniais e fúnebres. Fala-nos não só do papel da *okinka* e do *oronhó*, mas de todo o sistema político com referências sobre a gerontocracia.

Do ponto de vista etnológico, muito importante é a obra do Padre Luigi Scantamburlo (1991) *A etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque*. Este investigador tira grandes dividendos da sua longa permanência em Bubaque ao serviço da igreja católica que aproveitou plenamente para o estudo da forma como vive e se organiza esse povo. Portanto, ele faz o retrato da sua vivência e convivência com os Bijagós, no seu próprio meio, tendo-se tornado membro de pleno direito da classe dos anciãos – os *kabunga* –, depois de se ter submetido aos rituais de iniciação.

Entre os investigadores guineenses ou ao serviço de instituições guineenses de pesquisa, deve ser mencionado em primeiro plano o nome de Raúl Fernandes, que durante mais de uma década vem se dedicando ao estudo dos Bijagós do Arquipélago, aos quais consagrou uma série de artigos publicados na Revista de Estudos Guineenses do INEP, *Soronda*. Em 1983/84, havia apresentado a sua tese para a obtenção do grau académico de DEA na Universidade de Paris VIII, com o título “ *La problématique du changement de la structure familiale chez les Bidjogos* ”. Nela, numa primeira parte, faz a contextualização histórica dos Bijagós, evocando a sua origem, a mobilidade dos Homens, as guerras e o comércio de escravos e mercadorias, as armas e as embarcações e as transformações operadas na sociedade. Ao longo deste trabalho, no período que ele apelida de colonial, fala-nos da “Questão de Bolama”, das relações sociais e da divisão do trabalho e ainda das classes de idade.

Nesta breve resenha, tal como foi referido acima, deve-se salientar a grande ausência de estudos realizados e publicados por investigadores guineenses e em particular bijagós, estudos que eventualmente podiam contribuir para um melhor conhecimento do Arquipélago e do povo que hoje o habita.

